

PAULO DIAS



REAL PANTEÃO  
DOS  
BRAGANÇA  
arte e memória

● ● ● ● ● ● ● ●  
antília editora

REAL PANTEÃO DOS BRAGANÇA  
ARTE E MEMÓRIA

Autor: Paulo Dias

Antília Editora, Lda.  
Rua 15 de Novembro, 43 - 2º  
4100-421 PORTO

Telef. 226068828 E-mail: antiliaeditora@gmail.com

ISBN 972-99612-9-8  
Depósito legal: 250295/06

Impressão e acabamento: NORPRINT, Artes Gráficas, SA.  
Novembro 2006

Reservados todos os direitos para Portugal,  
de acordo com a legislação em vigor.



## PREFÁCIO

É um excelente trabalho de investigação este que Paulo Dias nos oferece – e um trabalho que fazia seguramente falta. Nele se estuda com seriedade, rigor, amplitude de fontes e acuidade de análise, as vicissitudes dos sepultamentos praticados pela última Dinastia portuguesa e, nesse quadro, o complexo delineamento de um panteão real, enquanto espaço de celebração e *monumento*, o qual, porém, ironicamente, apenas seria completamente modelado – num contexto que espelha eloquentemente a complexidade das relações que os sistemas políticos estabelecem com a memória – no âmbito do regime que viria a suceder ao que os príncipes ali depostos haviam corporizado. E é este, seguramente, um dos dados fascinantes da investigação produzida pelo autor da obra que nos cabe apresentar.

Vem de longe, de facto, do início mesmo da civilização (dos dólmenes neolíticos ao Egipto, e de Micenas e da Grécia Antiga à Etrúria e a Roma) a ritualização da morte e, por via dela, a monumentalização retórica das sepulturas, enquanto signo de poder e posição social, em íntima solidariedade com o desenvolvimento das sociedades ditas complexas, que marca a passagem para a Antiguidade e para a História: não fosse a memória a condição central do próprio progresso e do desenvolvimento das comunidades. E vem também de longe, do início do que poderemos designar como *turismo cultural* — isto é, desde o fascínio desenvolvido pelos Romanos em relação às civilizações que os haviam precedido, aos seus lugares míticos e aos seus marcos simbólicos – o interesse pela cenografia da morte, compreendida como marco civilizacional e, não raro (ao consubstanciar-se em empreendimentos como as pirâmides faraónicas do

Vale dos Reis, ou o mausoléu helenista de Halicarnasso), manifestação incontornável da capacidade realizadora do próprio homem.

Não espanta, pois, o interesse desenvolvido pela História da Arte, desde muito cedo, em relação a tais matérias, sendo a cultura da memória (o culto e a memória) estreitamente dependentes, neste como em todos os casos, da expressão plástica que revestem e que, justamente, constitui o seu objecto de epistemologia. E, na tradição historiográfica portuguesa, esse interesse, em termos de estudo sistemático, remonta aos trabalhos, ainda hoje incontornáveis, de Vergílio Correia, Diogo de Macedo, Reynaldo dos Santos e Nogueira Gonçalves, centrados na nossa tumulária gótica e renascentista, pela relevância que obviamente reveste do ponto de vista do estudo da escultura e mesmo da arquitectura desses períodos, representada em jacentes e orantes e na sua morfologia e ornamentação. Interesse que, por via desse mesmo escopo que o determinava, seria responsável pelo espesso silêncio que se abateria sobre a tumulária maneirista e barroca, ornamentalmente pobre e *insignificante* (ontologicamente falando) e que apenas seria quebrado, anos mais tarde, pelo interesse dedicado por Ayres de Carvalho à figura de Claude de Laprade e, conseqüentemente, ao seu incontornável túmulo da Capela da Vista Alegre.

Mas não relevaria, obviamente, tal tradição historiográfica, de um interesse pela *representação da morte*, enquanto tal, que ainda não adquirira, por então, foros de cidadania, enquanto área do conhecimento histórico; antes de uma perspectiva puramente histórico-artística, que na arquitectura e escultura funerárias reconhecia uma incontornável sub-secção. Aquele, teria de partir, como efectivamente aconteceu, do campo, aparentemente longínquo, da História Social e da Cultura e das Mentalidades e teria os seus marcos fundacionais em trabalhos como os de Philippe Ariès e Michel Vovelle — encarando o estudo da morte e da sua ritualização (e, por conseguinte, as manifestações plásticas que o culto da memória acumularia, em edificações perenes ou efémeras), como aproximação indispensável ao conhecimento das culturas e por essa via encetando, agora, um caminho de sentido inverso, porém fundamental à indispensável compreensão da integridade *racional* dessas mesmas realizações artísticas.

Caminho que tardaria a repercutir-se na nossa tradição, mas que, *tardando*, não deixou de *arrecadar*, e onde

ocupariam lugar central os trabalhos de Ana Cristina Araújo e, numa sequência agora progressivamente rápida, os de Saul António Gomes, sobre a Batalha e Santa Cruz, contribuindo, a partir da História, para a compreensão do significado integral dos respectivos panteões dinásticos e, em sentido inverso, os de José Manuel Tedim (para citar os mais representativos), relevando a compreensão da celebração da morte (barroca, neste caso), a partir dos dados da História da Arte, prosseguindo uma tradição de interpretação iconográfica alicerçada na incontornável obra de Santiago Sebastián (enquanto expoente de uma escola). Numa feliz conciliação, enfim, de perspectivas historiográficas, onde os domínios, tão ricos como negligenciados, da arte efémera e da produção literária de teor celebrativo, adquirem, agora, a sua completa e legítima consagração. E foi nesta senda que, nós mesmos, tentámos projectar alguma luz ou, ao menos, contribuir para dissipar as densas sombras que, pelas razões expostas, pesavam sobre a tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Refere Paulo Dias, logo à entrada do seu excelente trabalho, que evitou *cair na tentação da história das mentalidades e das atitudes perante a morte*. E seria pecado grave, ao entroncar, como não poderia deixar de fazer, na tradição historiográfica que atrás se evoca, se não pecasse por modéstia, como efectivamente peca, ao tentar defender ser este um trabalho que se centra numa perspectiva angular que é a que corresponde à História da Arte, enquanto área epistemológica, em cujo âmbito, com o presente estudo, deixa bem firmado o seu lugar. Inversamente, o seu trabalho produz, pela primeira vez, uma síntese interpretativa, não somente da História e vicissitudes do panteão real da Casa de Bragança, que o ocupa – e onde a sua interpretação nada tem de sintético, antes se alicerça num minucioso levantamento das fontes que permitem delinear a sua complexa evolução –, mas da tradição dos sepultamentos régios portugueses: num longo devir de oito séculos inteiros, que analisa, não somente de um ponto de vista estritamente morfológico e histórico-artístico (como necessária introdução e contextualização do seu tema central) mas, efectivamente, do ponto de vista da *representação da morte* e da evolução do seu conceito (em espaços-tempos tão diversos) – para bem compreender o que poderia justamente parecer (e tem parecido) um espaço de não-representação (o panteão real de S. Vicente). Razão essa (a par de outras, mais ínvias, de índole psico-somática), do histórico desinteresse a que o votou a própria historiografia e de que Paulo Dias o redime.



O que o presente trabalho nos revela é, assim, efectivamente, um estudo realmente completo, *total* diríamos, no sentido em que tal palavra pode lididamente ser usada em matéria científica (e que não é, obviamente, o mesmo que *final*, que nenhum é nunca) do último panteão real português e da sua história complexa e fascinante. Estudo onde a análise morfológica se interliga, em permanência, com as fontes — justamente do âmbito da *história das mentalidades e das atitudes perante a morte* — que permitem compreender as *razões* que presidiram às suas sucessivas traduções estéticas. Estudo que revela, afinal, não somente o (quase) insuspeitado dinamismo projectual e, sobretudo, conceptual desse processo, fazendo incidir uma importante luz sobre os obscuros trilhos perseguidos pela *morte barroca*, mas também (por força da extensão do arco cronológico que abrange) sobre a *comemoração do herói*, no quadro do positivismo oitocentista e sobre um *encerramento da História*, que constitui não menos fascinante traço do *projecto nacional* estado-novista.

Estudo complexo e amplo, pois, exigindo do seu autor uma maturidade que nele se demonstra e que revela — na *História* e através do seu *case study* particular —, um importante capítulo da própria História, por isso que os seus avatares o projectam nas necessidades representativas, não somente da Coroa mas do próprio País e num arco de tempo que apenas se encerra (?) num passado (quase) presente. Por essa via — e importa que se diga — demonstrando, eloquentemente, a importância vital da gestão da memória, mas, sobretudo e agora metodologicamente, a par da relevância da interacção da História da Arte (donde parte) com outras áreas do conhecimento histórico, a importância da História da Arte, pelo conjunto de fontes que carrega e pela perspectiva centrípeta que fornece em relação aos conteúdos informativos que é possível reunir, para a construção do próprio conhecimento histórico, em sentido saudavelmente *total*. E fá-lo com clareza de escrita e argúcia narrativa que importa referir, porquanto são virtudes que, se nunca abundaram, mais rareiam hoje e que tornam aliciante a leitura da viagem (que é também uma *viagem interior*) que efectivamente conta: por isso que é a da nossa, sempre complexa (enquanto comunidade colectiva) relação com a memória.

Uma última palavra não poderia, aqui, deixar de ser exarada — e respeita aos orientadores deste trabalho, que foi, na origem, uma dissertação de mestrado: os meus ilustres colegas e amigos, os Doutores Vítor Serrão e Maria João Neto. Uma obra, qual ela seja, é sempre, fundamentalmente,

o seu autor; é dele o esforço, o engenho e, quando é o caso (e é-o, seguramente), também o *golpe de asa*. Mas, ao tratar-se de um jovem autor, a empreender o seu primeiro voo ambicioso, cabe incontestavelmente uma responsabilidade ampla a quem soube fornecer-lhe as asas e definir-lhe a rota. O presente trabalho diz muito, pois, da Escola em que o seu autor se soube inserir e que aqui deixa mais um testemunho do profícuo trabalho que há muito vem desenvolvendo, com a modelar seriedade e o rigor que toda a comunidade científica reconhece. A eles, a quem, de direito, deveria pertencer o lugar que aqui ocupamos, ao introduzir o leitor na fascinante viagem que o autor desta obra coloca agora ao nosso alcance, devemos um agradecimento formal, por terem entendido dever associar-nos, por esta via, formalmente, a um processo ao qual, desde cedo, entenderam dever também informalmente ligar-nos. Ao termo da viagem, da qual, por esta forma, pudemos também sentir-nos partícipes, é profundamente grato podermos pousar sobre um voo bem cumprido.

António Filipe Pimentel  
Coimbra, Outubro de 2006